



## CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ODESSA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 006. PROVA OBJETIVA

ASSESSOR JURÍDICO I

(CÓD. 007)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01.** A Constituição Federal prescreve que o Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação. Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe
- (A) opinar sobre o efetivo uso, preservação e exploração dos recursos naturais de qualquer tipo.
  - (B) propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional.
  - (C) apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.
  - (D) estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a defesa do estado democrático.
  - (E) pronunciar-se sobre as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
- 02.** De acordo com a Constituição Federal, a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo municipal, na forma da lei. Nesses termos, a Constituição Federal continua ao determinar que
- (A) o parecer prévio, emitido pelo órgão competente, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de metade dos membros da Câmara Municipal.
  - (B) o parecer prévio, emitido pelo órgão competente, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de um terço dos membros da Câmara Municipal.
  - (C) o controle externo da Câmara Municipal será exercido sem o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou Tribunais de Contas dos Municípios.
  - (D) as contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
  - (E) as contas dos Municípios ficarão, durante noventa dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade.
- 03.** A Constituição Federal estabelece no parágrafo 2º do art. 5º que “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.” A cláusula em questão
- (A) é inclusiva, porque permite o reconhecimento de direitos implicitamente positivados, os quais não encontram referência direta no texto constitucional.
  - (B) é taxativa, ao considerar como direitos fundamentais somente aqueles que o constituinte desde logo assegurou a condição explícita de direitos fundamentais.
  - (C) deixou de considerar os direitos dispersos ao longo do texto constitucional.
  - (D) considera como acréscimo aos direitos fundamentais os expressamente enunciados nos tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil.
  - (E) leva em conta que determinada norma atributiva de um direito ou enunciativa de garantia não é, também, uma norma de direito fundamental.
- 04.** A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os princípios constitucionais listados. Em adequação a esses termos, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão
- (A) a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios.
  - (B) a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos.
  - (C) o pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível e gás natural.
  - (D) o financiamento de programas de infraestrutura de transportes.
  - (E) e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

- 05.** O subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe a Constituição Federal, e os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:
- (A) em municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
  - (B) o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de dez por cento da receita do município.
  - (C) o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de oito por cento da receita do município.
  - (D) em municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
  - (E) em municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.
- 06.** A Constituição Federal determina que as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:
- (A) participação na formulação da política e na execução das ações de saneamento básico.
  - (B) mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
  - (C) colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho, e formação de recursos humanos na área de saúde.
  - (D) atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e participação da comunidade.
  - (E) fiscalização e inspeção de alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.
- 07.** A respeito do Mandado de Segurança, o Supremo Tribunal Federal afirmou que
- (A) é cabível nas hipóteses em que o regulamento tem efeito normativo genérico, e por isso mesmo sem operatividade imediata.
  - (B) não é cabível mandado de segurança contra atos que, tal qual lei, possuam densa abstração normativa.
  - (C) no mandado de segurança preventivo não há demonstração, ou fundado receio, de lesão a um direito por ato coator iminente.
  - (D) mandado de segurança impetrado contra lei em tese se confunde com o mandado de segurança preventivo.
  - (E) seu objetivo é proteger o indivíduo contra abusos praticados por autoridades públicas e não por agentes particulares em atribuições delegadas.
- 08.** Hipoteticamente, o Procurador Geral de Justiça de São Paulo formalizou ação direta de inconstitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça, requerendo que sejam invalidados os dispositivos de lei municipal de Nova Odessa que estabeleceu pagamento no valor mensal de cinco mil reais, a título de indenização, ao Prefeito, além de férias anuais, com subsídio acrescido de um terço e décimo terceiro salário. Instado, em decisão assemelhada, o Supremo Tribunal Federal assentou que
- (A) o art. 39, § 4º, da Constituição Federal, que disciplina o subsídio dos Prefeitos e Vice-Prefeitos, não é incompatível com o pagamento de terço de férias e décimo terceiro salário, vedado o acréscimo da indenização.
  - (B) são procedentes os pedidos veiculados na ação direta e a lei municipal impugnada inconstitucional na sua totalidade, mas para alcançar somente situações futuras, considerados a segurança jurídica, o interesse social e a boa-fé dos agentes públicos envolvidos.
  - (C) Tribunais de Justiça não podem exercer controle abstrato de constitucionalidade de leis municipais utilizando como parâmetro normas da Constituição Federal, ainda que se trate de normas de reprodução obrigatória pelos Estados.
  - (D) a via processual eleita é inadequada, pois a ação direta estadual não pode ser utilizada para o controle de constitucionalidade de lei municipal que trata da remuneração dos agentes políticos municipais, matéria reservada à autonomia do ente federativo.
  - (E) já existe tese majoritária sobre o descabimento do pagamento de adicional de férias, décimo terceiro e verba de representação a agentes políticos que percebiam subsídios.

- 09.** Considere a seguinte situação hipotética: o Presidente da Câmara Municipal procura você, assessor jurídico, para saber se é possível contratar por inexigibilidade de licitação um escritório de advocacia para fornecer parecer sobre projeto de lei que trata de tema específico e cuja temática demanda análise técnica especializada. Por meio da elaboração de um parecer jurídico, você responderá que
- (A) poderá ser contratado o escritório de advocacia por dispensa de licitação, desde que o valor pago ao contratado não ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por ano.
  - (B) se configura hipótese de licitação dispensada, mas, previamente à contratação, é preciso instaurar processo administrativo de justificação.
  - (C) não poderá ser contratado o escritório de advocacia por inexigibilidade de licitação, pois trata-se de objeto comum, passível de ser licitado por meio de pregão eletrônico.
  - (D) em caráter excepcional, se comprovado que a atividade for de natureza singular e o profissional ou empresa possuir notória especialização, não será exigida a licitação, desde que observados os demais requisitos legais.
  - (E) apenas poderá ser contratado o escritório de advocacia se o pagamento pelos serviços prestados ocorrer nos termos da tabela da OAB, de acordo com o STJ.

- 10.** Considere que a Companhia de Águas e Esgoto *Viva* presta serviços de abastecimento de água no Município de Nova Odessa há 35 (trinta e cinco) anos por meio de uma concessão precária. Visando receber uma indenização por investimentos não amortizados, bem como para que lhe fosse assegurada sua manutenção na prestação dos serviços de abastecimento de água até o pagamento da indenização prevista na Lei nº 8.987/95, ajuizou uma ação em face do Município de Nova Odessa.

Diante da situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta.

- (A) A Companhia de Águas e Esgoto *Viva* deve permanecer com a concessão até que receba a indenização devida, mas o município poderá realizar nova concessão, vedando-se apenas a celebração do contrato.
- (B) O município apenas poderá realizar nova concessão após pagar a indenização devida à Companhia de Águas e Esgoto *Viva* pelos investimentos não amortizados, sob pena de enriquecimento ilícito da pessoa jurídica de direito público.
- (C) A Companhia de Águas e Esgoto *Viva* deve permanecer com a concessão até que seja apurada a quantia devida pelos investimentos não amortizados, mas o pagamento poderá ser realizado após o fim da prestação dos serviços via precatórios.
- (D) Diante da boa-fé da Companhia de Águas e Esgoto *Viva*, prevalece o interesse da empresa, mantendo-se a perpetuação de um contrato precário, tendo em vista já ter decorrido mais de 30 anos da prestação do serviço.
- (E) A retomada do serviço público pelo Poder Público, objeto de contratos de permissão sem prévia licitação, não pode ser condicionada à prévia indenização.

11. O Ministério Público propôs uma Ação Civil Pública em face do Presidente da Câmara Municipal de Boas Vindas, que teria contratado serviços de informática para possibilitar a transmissão das sessões da Câmara Municipal ao vivo, sem a realização do procedimento licitatório, por meio de dispensa de licitação.

Levando em consideração a situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) O STJ entende que o prejuízo decorrente da dispensa indevida de licitação é presumido (*dano in re ipsa*), consubstanciado na impossibilidade da contratação da melhor proposta pela Administração.
- (B) Inexistindo prova da lesividade do agente público, será improcedente a ação civil pública, pois com a contratação de serviços de informática para a realização da transmissão ao vivo das sessões, foi sobrelevado o princípio da publicidade, e a coletividade municipal se beneficiou com a dispensa da licitação.
- (C) A ação civil pública de improbidade administrativa apenas seria julgada procedente se houvesse a demonstração do superfaturamento na contratação ou se o objeto do contrato não tivesse sido cumprido.
- (D) Diante da ausência de prova do dano ao erário ou de enriquecimento ilícito por parte do Presidente da Câmara, a conduta se enquadra como ato de improbidade administrativa por atentado aos princípios da Administração Pública.
- (E) Configura-se hipótese de ato de improbidade administrativa que causa dano ao erário e será possível a realização de transação, acordo ou conciliação nos autos da ação principal proposta pelo Ministério Público.

12. Considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, assinale a alternativa correta.

- (A) A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, incluídas as duplicidades.
- (B) Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais, em que serão previstas as metas semestrais para o exercício a que se referirem e para os três seguintes.
- (C) Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação.
- (D) Serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.
- (E) É anulável o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder.

13. Considerando a Lei nº 9.784/99 – que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal – e a jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça sobre processo administrativo disciplinar, é correto afirmar que

- (A) não é permitida a “prova emprestada” no processo administrativo disciplinar, ainda que autorizada pelo juízo que produziu a prova.
- (B) o excesso de prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar só causa nulidade se houver demonstração de prejuízo à defesa.
- (C) ainda que os pedidos de uma pluralidade de interessados tenham conteúdo e fundamentos idênticos, não poderão ser formulados em um único requerimento.
- (D) a competência é renunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria.
- (E) as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegante.

14. Sobre o tombamento, assinale a alternativa correta.

- (A) O mesmo bem não pode sofrer mais de um tombamento, simultaneamente, pois um ato de tombamento interfere nos outros.
- (B) O tombamento apenas pode recair sobre bens imóveis, não sendo possível tombare bens móveis e incorpóreos.
- (C) O poder público não possui direito de preferência sobre bem tombado quando o particular desejar aliená-lo, ou seja, quando for hipótese de alienação extrajudicial.
- (D) Via de regra, entende-se que o dever de preservação do bem tombado configura efetivo prejuízo ao seu proprietário, cabendo indenização prévia.
- (E) O ato de tombamento é vinculado e poderá ser geral ou individual. Admite-se o tombamento voluntário, e o compulsório ainda aguarda regulamentação legal.

15. A respeito dos bens públicos, é correto afirmar que

- (A) é possível a cobrança de taxas pela utilização de bens de uso comum do povo, quando se tratar de utilização anormal.
- (B) para que ocorra a desafetação de bem de uso comum do povo é imprescindível a edição de lei específica.
- (C) os bens dominicais, que são aqueles destituídos de finalidade pública, não gozam da garantia da impenhorabilidade.
- (D) para a alienação de bens móveis exige-se autorização legislativa específica e licitação na modalidade concorrência.
- (E) o poder público não pode usucapir bens privados, tendo em vista a adoção no ordenamento jurídico brasileiro do princípio da boa-fé e seus desdobramentos, em especial o *venire contra factum proprium*.

16. Sobre a desapropriação, assinale o item correto.

- (A) O decreto que declara a utilidade pública ou interesse social de um bem tem o poder de transferir a propriedade objeto do ato ao poder público.
- (B) Mesmo com a imissão provisória na posse do bem pelo poder público, o proprietário que deixa de usufruir da sua propriedade continuará com a obrigação de pagar os tributos referentes ao bem até a conclusão da desapropriação.
- (C) Se a desapropriação for parcial, o proprietário não poderá requerer na contestação a desapropriação de todo o imóvel, pois o instituto do direito de extensão foi revogado do ordenamento jurídico brasileiro.
- (D) Quando a desapropriação é efetivada e o poder público não aproveita adequadamente a propriedade, tem-se por caracterizada a tredestinação ilícita, também denominada de adestinação.
- (E) O possuidor titular do imóvel desapropriado não tem direito ao levantamento da indenização pela perda do seu direito possessório, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

17. Suponha que a Administração Municipal possui a intenção de conceder à iniciativa privada a exploração do serviço de iluminação pública por meio de um contrato de 20 (vinte) anos. A remuneração da empresa contratada adviria essencialmente de contrapartida pecuniária pública, ficando autorizada a exploração de receitas acessórias. Na definição do projeto, a Administração trata o contrato como concessão comum de serviços públicos, não estando prevista a realização de investimentos pelo parceiro privado. A contratada possuiria a obrigação de realizar a manutenção corretiva e preventiva da rede de iluminação pública, havendo, ainda, a dação de garantia em favor do parceiro privado para que reste assegurado o pagamento das contraprestações públicas.

Considerando o modelo de contrato proposto, assinale a alternativa correta.

- (A) O contrato pode ser tratado como concessão comum de serviços públicos.
- (B) A dação de garantias é válida nos contratos de concessão comum de serviços públicos.
- (C) O contrato proposto se enquadra como uma concessão patrocinada.
- (D) Havendo contraprestação pecuniária pública, o contrato se submete ao regime de PPP, sendo facultada a realização de investimentos mínimos.
- (E) A concessão, nos moldes em que proposta, é inválida, uma vez que é vedada a celebração de contrato dessa natureza sem que haja a previsão de investimentos mínimos.

18. A respeito dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Os conceitos de agentes públicos e servidores públicos se confundem, sendo tratados na doutrina como sinônimos.
- (B) Os empregados públicos comissionados podem ser demitidos *ad nutum*, não possuindo a garantia da estabilidade.
- (C) Enquanto não regulado o exercício do direito de greve pelos servidores públicos, a normatização é realizada casuisticamente pelo Poder Judiciário, em sede de dissídio coletivo.
- (D) Possui direito subjetivo à nomeação o candidato aprovado em concurso público que componha o cadastro de reserva.
- (E) O Edital é o meio adequado e suficiente para sujeitar candidato a cargo público a exame psicotécnico.

**19.** Considerando as disposições do Código Tributário Nacional acerca do domicílio tributário, é correto afirmar que

- (A) é determinado pela lei, sendo vedado ao sujeito passivo eleger o seu domicílio tributário.
- (B) se considera domicílio tributário da pessoa natural o centro habitual de suas atividades, ou, sendo este incerto ou desconhecido, o de sua residência habitual.
- (C) em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o domicílio da pessoa jurídica de direito privado ou da firma individual é o lugar da sua sede.
- (D) a autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou fiscalização do tributo.
- (E) por expressa disposição legal, considera-se como domicílio tributário da pessoa jurídica de direito público o lugar da situação dos seus bens ou da ocorrência dos atos e fatos que derem origem à obrigação.

**20.** De acordo com o Artigo 146 da Constituição Federal de 1988, em matéria tributária, cabe à lei complementar:

- (A) definir os fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes dos tributos.
- (B) estabelecer normas específicas sobre obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência.
- (C) regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.
- (D) a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas, exceto quanto aos regimes especiais ou simplificados de ICMS.
- (E) estabelecer critérios gerais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência.

**21.** São modalidades de lançamento tributário o lançamento por homologação, o lançamento por declaração e o lançamento de ofício. Sobre o lançamento por declaração, é correto afirmar que

- (A) se a lei não fixar prazo para a declaração, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que o sujeito passivo se tenha pronunciado, considera-se realizado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
- (B) o que caracteriza esta modalidade de lançamento não é a simples existência da declaração a cargo do sujeito passivo ou de terceiro, mas o fato de a autoridade administrativa necessitar dessas informações para poder efetivar o lançamento tributário.
- (C) o lançamento por declaração somente poderá ser revisto de ofício pela autoridade administrativa quando restar comprovado que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação.
- (D) a retificação da declaração por iniciativa do contribuinte declarante só é admissível mediante a comprovação do erro em que se fundou e se ocorrer antes da inscrição do débito em dívida ativa.
- (E) os erros contidos na declaração apuráveis pelo seu simples exame somente poderão ser retificados por iniciativa do contribuinte, sendo vedada à autoridade administrativa realizar a retificação de ofício.

**22.** Em relação às certidões negativas, assinale a alternativa correta.

- (A) A dispensa da prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, depende de permissão legal específica.
- (B) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, que somente poderá ser expedida a requerimento do contribuinte.
- (C) Tem os mesmos efeitos da certidão negativa a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa.
- (D) A certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 30 (trinta) dias da data de entrada do requerimento na repartição.
- (E) A certidão negativa que contenha erro contra a Fazenda Pública gera responsabilidade pessoal para o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos, se restar comprovado que ele agiu com culpa.



23. A Lei Municipal que instituir no âmbito do seu território o Imposto sobre a Prestação de Serviços de qualquer natureza deverá observar a legislação nacional que
- (A) regular a forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.
  - (B) incluir na sua incidência exportações de serviços para o exterior.
  - (C) estabelecer obrigações acessórias.
  - (D) fixar as alíquotas *ad rem* e *ad valorem*.
  - (E) regular a forma e as condições da progressividade.
24. De acordo com a Lei nº 12.153/09, é de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários-mínimos. Observado esse limite de alçada, estão incluídos na competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública
- (A) os mandados de segurança em matéria tributária.
  - (B) as execuções fiscais.
  - (C) as ações tributárias que versem sobre bens imóveis dos Estados e Municípios.
  - (D) as ações de repetição de indébito tributário.
  - (E) as demandas sobre direitos ou interesses coletivos de autarquias e fundações em matéria tributária.

#### DIREITO FINANCEIRO

25. Nos termos da Lei nº 4.320/64, o valor obtido com a alienação de bens imóveis dominiais do Município é classificado como
- (A) receita patrimonial.
  - (B) transferência corrente.
  - (C) receita corrente.
  - (D) operação de crédito.
  - (E) receita de capital.
26. De acordo com a Lei Complementar nº 101/00, caracteriza renúncia de receita:
- (A) o cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao custo de sua cobrança.
  - (B) a diminuição da alíquota do imposto sobre produtos industrializados.
  - (C) a concessão de isenção em caráter geral.
  - (D) a concessão de subsídio.
  - (E) o parcelamento do crédito tributário.

27. Considera-se despesa corrente obrigatória de caráter continuado a
- (A) destinada ao serviço da dívida e ao reajustamento de remuneração de pessoal, inclusive aposentado.
  - (B) destinada a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
  - (C) derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
  - (D) autorizada por lei específica para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas.
  - (E) decorrente de investimentos efetuados com auxílio público, que se devam incorporar ao patrimônio das empresas privadas de fins lucrativos.
28. As autorizações de despesas que não foram computadas ou que foram insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento são denominadas
- (A) créditos adicionais.
  - (B) restos a pagar.
  - (C) inversões financeiras.
  - (D) transferências de capital.
  - (E) adiantamentos.

#### DIREITO CIVIL

29. Sobre os meios de integração das normas para os casos de omissão da lei, assinala a alternativa correta.
- (A) As leis são consideradas fontes primárias. A analogia, os costumes e os princípios gerais de direito são considerados fontes secundárias.
  - (B) A equidade, por não estar expressamente prevista na lei, deve ser utilizada em conjunto com outro meio de integração das normas.
  - (C) Os meios de integração só se aplicam para as normas de direito privado.
  - (D) De acordo com o conceito doutrinário, analogia é uma enunciação normativa de cunho genérico que condiciona e norteia a compreensão do ordenamento jurídico.
  - (E) Para que seja utilizada a equidade para preencher alguma lacuna da lei, é necessário haver a ideia de igualdade e paralelismo entre as relações.

30. A alteração de uma lei pode ser feita por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, sendo
- (A) admissível, desde que recomendável, a renumeração de artigos.
  - (B) admissível o aproveitamento do número do dispositivo revogado.
  - (C) obrigatória, no caso de acréscimo de dispositivo novo, a utilização do mesmo número do artigo imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética.
  - (D) obrigatório que o dispositivo seja identificado, ao seu final, com as letras “nr” minúsculas, entre aspas.
  - (E) vedada a reordenação interna das unidades em que se desdobra o artigo, identificando-se o artigo assim modificado por alteração de redação.
31. Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. No entanto, a capacidade pode ser relativa ou absoluta em algumas situações. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.
- (A) São absolutamente incapazes os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.
  - (B) São relativamente incapazes os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo.
  - (C) São relativamente incapazes aqueles que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.
  - (D) São relativamente incapazes aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
  - (E) São absolutamente incapazes aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos.
32. A transmissão das obrigações pode se dar de duas maneiras: por meio de cessão de crédito ou por meio de assunção de dívida. Sobre os institutos, é correto afirmar que
- (A) a assunção de dívida é a transferência ativa da obrigação que o credor faz a outrem de seus direitos.
  - (B) a assunção de dívida necessita de consentimento expresso do credor, sendo o seu silêncio interpretado como recusa.
  - (C) em regra, a cessão de crédito corresponde apenas à obrigação principal.
  - (D) na cessão de crédito, salvo estipulação em contrário, o cedente responde pela solvência do devedor.
  - (E) o novo devedor, na assunção de dívida, pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.
33. Caio, passando por dificuldades financeiras, vendeu sua televisão *smart*, de 72 polegadas, para o seu vizinho, Marcelo. Imediatamente após a venda, Marcelo percebeu que a função *smart* não estava funcionando por um problema no roteador. Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta.
- (A) Marcelo pode rejeitar a televisão, mas não pode reclamar abatimento do preço.
  - (B) Considerando que Marcelo percebeu o vício imediatamente à compra, o prazo para obter a redibição é de trinta dias contados da entrega efetiva.
  - (C) Se a televisão fosse uma doação onerosa de Caio para Marcelo, Marcelo não poderia alegar o vício redibitório.
  - (D) Caio pode alegar que a televisão pereceu em poder de Marcelo e por isso não tem responsabilidade sobre o vício do produto.
  - (E) Caso o vício só pudesse ser reconhecido quando Marcelo já estivesse na posse da televisão, o prazo máximo seria de sete dias, contados do momento da ciência.
34. Sobre o direito real de superfície, assinale a alternativa correta.
- (A) Ao contrário da lei de locações, em regra, os encargos e tributos que incidirem sobre o imóvel são de responsabilidade do proprietário.
  - (B) No caso de extinção do direito de superfície em consequência de desapropriação, a indenização caberá integralmente ao proprietário.
  - (C) O direito de superfície garante o direito de construir ou plantar em terreno alheio por tempo indeterminado.
  - (D) A constituição do direito de superfície poderá ser feita por contrato verbal entre as partes ou por escritura pública, a depender do valor estipulado.
  - (E) O direito de superfície não autoriza obra no subsolo, salvo se for inerente ao objeto da concessão.
35. Assinale a alternativa correta no que diz respeito às regras de aprovação do projeto de loteamento e desmembramento do solo urbano.
- (A) Lei Municipal definirá prazos para a aprovação dos projetos apresentados. Transcorridos os prazos sem manifestação do Poder Público, os projetos serão considerados rejeitados.
  - (B) O projeto de loteamento e desmembramento deverá, em regra, ser aprovado pela Câmara Municipal.
  - (C) Uma vez aprovado, o projeto deverá ser executado no prazo constante do cronograma de execução, sob pena de aplicação de multa.
  - (D) No caso de o terreno pertencer a mais de um Município, a aprovação dos projetos apresentados decorrerá de lei estadual.
  - (E) Após a aprovação dos projetos, os espaços livres de uso comum e as praças poderão ter sua destinação alterada desde que realizadas no prazo de cinco dias.

36. Será feito no Cartório de Registro de Títulos e Documentos o registro
- (A) da Convenção de Condomínio e suas eventuais alterações.
  - (B) do casamento.
  - (C) dos direitos reais sobre imóveis constituídos, ou transmitidos por atos entre vivos.
  - (D) da constituição do penhor rural, mediante instrumento público ou particular.
  - (E) do instrumento do penhor comum.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

37. Sobre o pedido na petição inicial, assinale a alternativa correta.
- (A) É lícito formular pedido genérico, quando não for possível determinar, desde logo, as consequências do ato ou do fato.
  - (B) O pedido deve ser certo, contendo desde logo os juro legais e correção monetária, do contrário não haverá esse acréscimo ao principal.
  - (C) Se tiver por objeto cumprimento de obrigação em prestações sucessivas, devem ser incluídas no pedido, para constarem da condenação final.
  - (D) Se não houver conexão, não será possível a cumulação, em um único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos.
  - (E) Os pedidos cumulados, alternativos ou em ordem subsidiária, não fazem parte do pedido reconvenicional, por força de seu procedimento excepcional.
38. Se a reconvenção for formulada com a contestação, quanto ao valor da causa da reconvenção,
- (A) subtede-se ser o do pedido inicial, sem qualquer indicação específica na peça nesse sentido.
  - (B) seu valor será indicado e corresponderá ao do pedido inicial.
  - (C) será indicado e seguirá os mesmos requisitos para a atribuição de um pedido autônomo, com relação ao valor da inicial.
  - (D) sendo uma nova ação, nessa parte, a petição deverá conter o valor dessa nova causa.
  - (E) ao seu valor deverá ser acrescido o valor da petição inicial por se tratar de ações correlatas, em que o resultado de uma dependerá do da outra.

39. Sobre o depósito prévio para a propositura da ação rescisória, assinale a alternativa correta.
- (A) Tem natureza jurídica indenizatória.
  - (B) Será de 5% sobre o valor da causa sem limitação.
  - (C) Não está isento do depósito o beneficiário da justiça gratuita.
  - (D) Converter-se-á em multa se a ação for julgada improcedente por maioria de votos.
  - (E) As autarquias federais, estaduais ou municipais estão isentas do depósito.
40. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para corrigir erro material. Dessa forma,
- (A) a fundamentação adequada, que contrarie a posição doutrinária majoritária, representa erro material.
  - (B) ocorre quando a decisão for fundada na suposição de um fato inexistente, ou quando considerar inexistente um fato efetivamente ocorrido.
  - (C) a ocorrência de erro material, as inexactidões materiais e os erros de cálculo não precluem, mesmo que não sejam atacados por embargos de declaração.
  - (D) reconhecendo o erro material, o magistrado não poderá alterar a essência da decisão.
  - (E) o erro material somente poderá ser reconhecido se a parte o requerer por meio do instrumento próprio.
41. O prazo decadencial para impetrar mandado de segurança contra limitação de idade em concurso público, segundo melhor entendimento, conta-se da
- (A) publicação do edital.
  - (B) ciência do ato administrativo que determina a eliminação do candidato pela idade.
  - (C) data da realização da prova.
  - (D) nomeação dos candidatos.
  - (E) homologação do certame.
42. Sobre a coisa julgada, assinale a alternativa correta.
- (A) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, atingindo terceiros.
  - (B) Faz coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.
  - (C) É possível à parte discutir no curso do processo as questões já decididas a cujo respeito se operou a preclusão.
  - (D) A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida.
  - (E) Faz coisa julgada os motivos para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.

- 43.** Astrogildo Baco, no carnaval deste ano (2018), foi a uma loja comprar um celular novo. Escolhido o modelo, ao tentar efetivar a compra de forma financiada, foi-lhe negado o crediário, pois seu nome estaria negativado nos serviços de proteção ao crédito em razão de inadimplemento referente à compra de uma adega climatizada, realizada no carnaval de 2012, em três parcelas mensais, tendo pago somente a primeira parcela. Diante desses fatos hipotéticos, assinale a alternativa verdadeira.
- (A) Correta a manutenção da anotação no banco de dados, ainda que a dívida ensejadora da inscrição no cadastro de inadimplentes não tenha sido objeto de execução judicial.
  - (B) A instituição financeira tem ampla liberdade de decidir a quem conceder o financiamento, inclusive a partir de consultas aos serviços de proteção ao crédito, que devem manter todos os registros dos inadimplementos dos consumidores.
  - (C) O nome de Astrogildo não deveria constar como negativado nos serviços de proteção ao crédito, eis que já consumado o prazo prescricional para a cobrança do débito de 2012.
  - (D) Correta a manutenção da inscrição de Astrogildo no cadastro de inadimplentes pelo prazo de dez anos ou até que ele pague o valor da dívida.
  - (E) Correta a manutenção do nome de Astrogildo no sistema de proteção ao crédito, mas também deveria constar a anotação de que a dívida já se encontra prescrita.
- 44.** Um avião fazia o serviço de táxi aéreo e em razão de pane elétrica cai sobre a casa de uma família, matando o piloto, destruindo a casa e também ferindo uma pessoa que residia na casa atingida. Diante desse fato hipotético, assinale a alternativa correta.
- (A) A empresa aérea somente responde pelos danos causados à pessoa e à casa se for comprovada a existência de culpa.
  - (B) Inexistindo relação de consumo entre o proprietário da casa e a pessoa atingida pelo avião, as regras do Código de Defesa do Consumidor não podem ser aplicadas neste caso, o que não os impede de buscar a reparação dos danos calcados na legislação comum.
  - (C) A empresa responsável pelo taxi aéreo não responderá pelos danos causados na casa e à pessoa que nela residia se restar comprovado que o dano foi causado por defeito no avião, de responsabilidade do fabricante.
  - (D) Embora o dono da casa e a pessoa que foi ferida não mantenham relação de consumo com a empresa de táxi aéreo, como vítimas do acidente, se equiparam aos consumidores, sendo aplicável a legislação consumerista.
  - (E) Há responsabilidade de natureza subjetiva da empresa de táxi aéreo, que deve indenizar a família do piloto que faleceu, o dono da casa e a pessoa que foi ferida em solo em razão do acidente aéreo, com fundamento na legislação do consumidor.
- 45.** Quanto às sanções administrativas, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa correta.
- (A) Há previsão de aplicação de pena de cassação da concessão à concessionária de serviço público, quando violar obrigação legal ou contratual.
  - (B) É incabível a imposição de contrapropaganda ao fornecedor que incorrer na prática de publicidade abusiva.
  - (C) A União, os Estados e os Municípios, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.
  - (D) As penas de interdição e suspensão temporária de atividade somente podem ser aplicadas por meio de procedimento judicial, onde será assegurada a ampla defesa e o contraditório.
  - (E) A pena de intervenção administrativa será aplicada preferencialmente às penas de cassação de licença e interdição temporária da atividade.
- 46.** De acordo com o posicionamento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, assinale a assertiva correta.
- (A) É indispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação do consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.
  - (B) A utilização de score de crédito, método estatístico de avaliação de risco que não constitui banco de dados, dispensa o consentimento do consumidor, que terá o direito de solicitar esclarecimentos sobre as informações pessoais valoradas e as fontes dos dados considerados no respectivo cálculo.
  - (C) Cabe ao órgão mantenedor do cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor depois de proceder à inscrição.
  - (D) As instituições de ensino superior respondem subjetivamente pelos danos suportados pelo aluno/consumidor pela realização de curso não reconhecido pelo Ministério da Educação, sobre o qual não lhe tenha sido dada prévia e adequada informação.
  - (E) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, bem como nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.

47. Uma grande empresa de automóveis faz uma propaganda televisiva em rede nacional afirmando que o veículo tem um consumo de combustível baixíssimo, fazendo 25 quilômetros por litro, sendo que na realidade o consumo médio do veículo é de apenas 10 quilômetros por litro. A partir dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Com relação aos adquirentes do veículo em determinada concessionária, em razão da propaganda enganosa, é possível o ingresso com ação coletiva por violação de interesses ou direitos difusos.
- (B) A publicidade enganosa ludibriou um número imensurável de pessoas, e a defesa coletiva poderá ser exercida porque houve violação de interesses ou direitos coletivos em sentido estrito.
- (C) As pessoas que acreditaram na publicidade enganosa, apesar de não terem adquirido o veículo, poderão ter a defesa coletiva dos seus direitos somente por meio de litisconsórcio ativo.
- (D) A defesa coletiva das pessoas expostas à propaganda enganosa pode ser realizada na forma coletiva por violação a interesses ou direitos difusos.
- (E) A situação retratada configura-se em violação de direitos individuais homogêneos das pessoas que foram expostas à publicidade enganosa.

48. Sobre o inquérito civil, é verdadeira a seguinte afirmação:

- (A) É procedimento administrativo inquisitivo que pode ser instaurado por todos os legitimados para a ação coletiva.
- (B) Não é possível a decretação de sigilo ao inquérito civil no curso de sua instrução.
- (C) É imprescindível a sua instauração antes da propositura da ação civil pública.
- (D) O arquivamento do inquérito civil impede que algum co-legitimado ativo ingresse com ação coletiva em razão do mesmo fato objeto do inquérito.
- (E) Diante da sua natureza inquisitiva e informal, dispensa-se o contraditório.

49. Sobre a ação civil pública (Lei nº 7.347/1985), assinale a assertiva correta.

- (A) A legitimidade para a propositura dessa ação é exclusiva do Ministério Público quando tratar-se de defesa de criança e adolescente.
- (B) Somente pessoa jurídica que cause dano a quaisquer interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos pode figurar no polo passivo da ação.
- (C) É facultado ao poder público e às outras associações legitimadas para a propositura da ação civil pública habilitarem-se como litisconsortes de qualquer das partes.
- (D) Não é possível conferir legitimidade ativa à associação que esteja constituída há menos de 1 (um) ano nos termos da lei civil.
- (E) Somente o Ministério Público poderá tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, com eficácia de título executivo extrajudicial.

50. Em conformidade com a Lei nº 8.080/1990, assinale a alternativa correta.

- (A) Também dizem respeito à saúde, as ações governamentais que se destinam a garantir às pessoas e à coletividade condições de bem-estar físico, mental e social.
- (B) A iniciativa privada não poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS).
- (C) Cabe à FUNAI, com exclusividade, com seus recursos próprios, financiar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena.
- (D) A internação domiciliar, por ser mais onerosa financeiramente, não é disponibilizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS).
- (E) É permitida a presença, junto à parturiente, de até dois acompanhantes durante todo o período de trabalho de parto.

51. Assinale a alternativa correta, nos termos da Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade).

- (A) Não é possível ao Município proceder à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, com majoração da alíquota, em razão do princípio da isonomia.
- (B) É possível a usucapião especial coletiva de imóvel urbano, que será declarada pelo juiz, mediante sentença.
- (C) Lei Municipal não poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória de solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.
- (D) Não é possível ao Município proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.
- (E) O direito de preempção confere à União, aos Estados e aos Municípios preferência para a aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares.

- 52.** O Código Penal, ao tratar das penas privativas de liberdade, estabelece que
- (A) o condenado não reincidente, cuja pena seja igual ou superior a 8 (oito) anos, poderá, desde o início, cumpri-la em regime aberto.
  - (B) o condenado reincidente, cuja pena seja superior a 4 (quatro) anos e não exceda a 8 (oito), poderá, desde o princípio, cumpri-la em regime semiaberto.
  - (C) as penas privativas de liberdade não deverão ser executadas de forma progressiva, todavia, quando possível, deverá ser analisado o mérito do condenado.
  - (D) regime fechado é aquele em que a execução da pena se inicia em estabelecimento de segurança máxima ou média, ou ainda em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.
  - (E) o condenado por crime contra a Administração Pública terá a progressão de regime do cumprimento da pena condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto do ilícito praticado, com os acréscimos legais.
- 53.** Nos termos da Lei nº 12.683/12, que alterou a Lei nº 9.613/98, é correto afirmar que em caso de indiciamento de servidor público,
- (A) este será afastado, sem prejuízo de remuneração e demais direitos previstos em lei, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.
  - (B) não haverá afastamento, tampouco prejuízo de remuneração e demais direitos previstos em lei.
  - (C) haverá afastamento, com prejuízo de trinta por cento em sua remuneração, até que o juiz competente autorize, em decisão fundamentada, o seu retorno.
  - (D) haverá afastamento, com prejuízo de remuneração e demais direitos previstos em lei, até que o juiz competente autorize o seu retorno.
  - (E) este não será afastado, mas terá reduzida em dez por cento sua remuneração, sem prejuízo dos demais direitos previstos em lei, até apreciação pelo juiz competente.

- 54.** Considerando as proposições a seguir, de acordo com a legislação trabalhista e o entendimento do TST, é correto afirmar que o aviso prévio,
- (A) não é devido na despedida indireta.
  - (B) é devido por metade na extinção por acordo entre empregado e empregador, se trabalhado.
  - (C) por ser irrenunciável, não exime o empregador do seu pagamento, mesmo diante da comprovação de obtenção de novo emprego pelo prestador.
  - (D) é devido por metade na extinção por acordo entre empregado e empregador, se indenizado.
  - (E) é devido ao empregado na integralidade, no caso de reconhecimento de culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho.
- 55.** De acordo com o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que
- (A) as convenções e os acordos entrarão em vigor 2 (dois) dias após a data da entrega dos mesmos no órgão competente.
  - (B) não será permitido estipular duração de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho superior a dois anos, sendo vedada a ultratividade.
  - (C) as condições estabelecidas em convenção coletiva de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em acordo coletivo de trabalho.
  - (D) constitui objeto lícito de convenção coletiva ou de acordo coletivo de trabalho, a supressão ou redução relativa a repouso semanal remunerado.
  - (E) a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre número de dias de férias devidas ao empregado.

**56.** A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, suas autarquias e fundações públicas, quando representadas em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores,

- (A) não estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação.
- (B) estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação, sendo bastante a indicação do número da inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
- (C) não estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato, sendo essencial a comprovação do ato de nomeação e a identificação do número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
- (D) estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação, sendo essencial que o signatário ao menos declare-se exercente do cargo de procurador, não bastando a indicação do número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.
- (E) não estão dispensadas da juntada de instrumento de mandato e de comprovação do ato de nomeação, sendo essencial que além do instrumento de mandato, o signatário ao menos declare-se exercente do cargo de procurador, não bastando a indicação do número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

**57.** Consoante disposição legal constante da Consolidação da Leis do Trabalho (CLT), é correto afirmar que

- (A) o não comparecimento do reclamado importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato quando o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- (B) ausente o reclamado, mesmo que presente o advogado na audiência, não serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.
- (C) a parte deverá apresentar defesa escrita pelo sistema de processo judicial eletrônico até a audiência.
- (D) terminada a instrução, terão as partes, para aduzir razões finais, o prazo comum de 10 (dez) minutos.
- (E) não havendo acordo, o reclamado terá 20 (vinte) minutos para aduzir sua defesa, após a leitura da reclamação, quando esta não for dispensada por ambas as partes.

**58.** De acordo com a Lei Orgânica do Município de Nova Odessa, compete privativamente à Câmara Municipal

- (A) movimentar, livremente, seu orçamento entre as categorias funcionais programáticas.
- (B) conceder título de cidadão honorário a pessoas relevantes, mediante resolução.
- (C) julgar os Vereadores, o Prefeito, o Vice-Prefeito, os Secretários e os Subsecretários.
- (D) criar comissões de inquérito, sobre fato indeterminado, que se inclua na competência municipal.
- (E) autorizar a aquisição de bens imóveis, ainda quando se tratar de doação sem encargos.

**59.** A respeito das Sessões Ordinárias, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Odessa.

- (A) O prazo máximo de vista não poderá exceder a trinta dias e a vista será conjunta quando ocorrer mais de um pedido.
- (B) O prazo para o orador usar da Tribuna será de dez minutos, prorrogáveis.
- (C) A falta de número legal para deliberação do Plenário durante o Expediente prejudicará a parte reservada aos oradores.
- (D) A fase deliberativa do Expediente terá início tão logo seja declarada aberta a sessão.
- (E) O requerimento de preferência será votado após discussão, admitindo-se encaminhamento de votação e declaração de voto.

**60.** Segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Odessa, dependerá de voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara

- (A) a concessão de títulos honoríficos de cidadania, bem como de qualquer outra honraria ou homenagem.
- (B) a cassação ou a declaração de afastamento do cargo de prefeito, vice-prefeito ou vereador.
- (C) a destituição de membro da Mesa e a rejeição de redação final de proposição.
- (D) a aprovação de propostas de emendas de reforma ao Regimento Interno da Câmara Municipal.
- (E) a aprovação e as alterações relacionadas ao Zoneamento Urbano e ao Parcelamento do Solo.

